



Demonstrações Contábeis

Em 29 de dezembro de 2021
*(Data de Encerramento das Atividades da
Caixa Participações S.A.)*

Sumário

Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração de Resultado Abrangente	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Nota 1 – Contexto Operacional	9
Nota 2 – Principais Práticas Contábeis	10
Nota 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	13
Nota 4 – Investimentos	13
Nota 5 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (<i>Impairment</i>)	18
Nota 6 – Provisões.....	18
Nota 7 – Patrimônio Líquido	18
Nota 8 – Tributos.....	19
Nota 9 – Despesas Gerais e Administrativas	21
Nota 10 – Outras Receitas e Despesas Operacionais.....	22
Nota 11 – Resultado Financeiro	23
Nota 12 – Partes Relacionadas.....	23
Nota 13 – Gerenciamento de Riscos	26
Nota 14 – Outras Informações.....	27

Balço Patrimonial		29/12/2021
Ativo		3.832.203
Ativo Circulante		3.634.711
Caixa e Equivalentes de Caixa	(Nota 3)	3.591.878
Outros Créditos		42.833
Ativo Não Circulante		197.492
Realizável a Longo Prazo		2
Ativo Fiscal Diferido	(Nota 8.b)	2
Investimentos	(Nota 4)	196.277
Outros Créditos		1.213
Passivo e Patrimônio Líquido		3.832.203
Passivo Circulante		2.820
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(Nota 8.c)	2.813
Provisões	(Nota 6)	7
Passivo Não Circulante		16.969
Passivo Fiscal Diferido	(Nota 8.b)	16.969
Patrimônio Líquido	(Nota 7)	3.812.414
Capital Social		2.123.409
Reservas de Lucros		174.834
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.497
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.510.674

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado		1º/1/2021 a 29/12/2021
Receitas e Despesas Operacionais		2.104.269
Resultado de Participações Societárias	(Nota 4.a)	2.104.269
Outras Receitas e Despesas Operacionais		33.205
Despesas Gerais e Administrativas	(Nota 9)	(28.794)
Despesas de Tributos	(Nota 10.a)	107
Outras Receitas e Despesas	(Nota 10.b)	(44.302)
(Despesas)/Reversão de Provisões	(Nota 10.c)	106.194
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		2.137.474
Receitas Financeiras	(Nota 11)	105.572
Despesas Financeiras	(Nota 11)	(21.536)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		2.221.510
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 8.a)	(709.254)
Resultado Antes das Participações		1.512.256
Participações sobre o Resultado - Dirigentes		(1.582)
Resultado Líquido do Período		1.510.674
Quantidade de Ações		2.500.000
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		R\$ 604,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente	1º/1/2021 a 29/12/2021
Resultado Líquido do Período	1.510.674
Instrumentos Financeiros - De Investidas	6.334
Ganhos e Perdas Não Realizados - Investidas	6.334
Outros Resultados Abrangentes	(51.690)
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa	(73.623)
Ganhos e Perdas em Outros Resultados Abrangentes de Investidas	21.933
Resultado Abrangente do Período	1.465.318

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.123.409	174.834	302.687	48.853	-	2.649.783
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(45.356)	-	(45.356)
Ajuste ao Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros - VJORA - De Investidas	-	-	-	6.334	-	6.334
Ganhos e Perdas por Variação na Participação Relativa em Investidas	-	-	-	(73.623)	-	(73.623)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial - Reflexos	-	-	-	21.933	-	21.933
Distribuição de Reservas	-	-	(302.687)	-	-	(302.687)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.510.674	1.510.674
Em 29 de dezembro de 2021	2.123.409	174.834	-	3.497	1.510.674	3.812.414

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa	1º/1/2021 a 29/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	2.221.510
Ajustes ao Resultado do Período	(2.267.559)
Resultado de Participações Societárias	(2.104.269)
Despesa de Pessoal	20.225
Despesas de Convênio com a Controladora	8.006
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	281
Outras Despesas Administrativas	231
Despesas de Tributos	(107)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.696)
Despesas/Reversões de Provisão	(106.194)
Receitas Financeiras	(105.572)
Despesas Financeiras	21.536
Resultado do Exercício Ajustado	(46.049)
Varição de Ativos e Passivos	1.207.662
(Aumento)/Redução de Instrumentos Financeiros	1.264.587
(Aumento)/Redução de Créditos Tributários e Tributos a Compensar	681.909
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(11.858)
(Aumento)/Redução de Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.916
Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(699.101)
Aumento/(Redução) de Obrigações com a Controladora	(32.206)
Aumento/(Redução) de Obrigações de Instrumentos Financeiros	116
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações	(556)
Aumento/(Redução) de Provisões	(145)
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	58.504
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(687.319)
Recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos	(635)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades Operacionais	532.163
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Aquisição de Participação Societária / Aumento de Capital	(27.639)
Alienação de Participação Societária / Redução de Capital	3.694.611
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Investimento	3.666.972
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Pagamento de Dividendos	(607.563)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) pelas Atividades de Financiamento	(607.563)
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.591.572
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	306
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.591.878

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado	1º/1/2021 a 29/12/2021
1. Receitas	2.078.503
Ganhos e Perdas em Aquisições e Alienações de Investimentos	2.075.361
Outras Receitas Operacionais	3.142
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	50.073
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	84.797
Convênio com a Controladora	(8.114)
Serviços Técnicos Especializados	(281)
Outras Despesas Operacionais	(47.444)
Provisões	21.396
Outras Despesas Administrativas	(281)
3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	2.128.576
4. Amortização de Ativos Intangíveis	(1.451)
5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.127.125
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	135.931
Resultado de Equivalência Patrimonial	30.359
Receitas Financeiras	105.572
7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	2.263.056
8. Distribuição do Valor Adicionado	(2.263.056)
Pessoal	(19.006)
Remuneração Direta	(13.446)
Benefícios e Encargos Sociais	(2.994)
FGTS	(985)
Participações sobre o Resultado - Dirigentes	(1.581)
Impostos, Taxas e Contribuições	(711.840)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(709.254)
INSS	(2.693)
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	107
Remuneração de Capital de Terceiros	(21.536)
Despesas Financeiras	(21.536)
Remuneração de Capital Próprio	(1.510.674)
Lucros Retidos	(1.510.674)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 1 – Contexto Operacional

A Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, Brasil, foi constituída em 31 de março de 2009 como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Controladora). Sua constituição foi deliberada e aprovada pela Ata n.º 195, em 30 de janeiro de 2009, pelo Conselho de Administração da CAIXA. Este ato foi amparado legalmente pela Lei n.º 11.908, de 3 de março de 2009, que em seu Art. 1º autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da CAIXA.

A CAIXAPAR foi devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob n.º 53300010277, regida por seu Estatuto Social, adequado à Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e aprovado em 10 de fevereiro de 2021 pela Assembleia Geral Extraordinária, e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A CAIXAPAR foi constituída tendo como objeto social gerir participações societárias, podendo adquirir e alienar participações em empresas já existentes ou por ela criadas, públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objetivo social mantinha relação com o da CAIXA, observado o disposto na legislação aplicável.

Em conformidade com o Art. 173 da Constituição Federal e com o Art. 2º, §1º da Lei n.º 13.303/16, a constituição da Controladora CAIXA, como empresa pública, é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como instituição financeira ou agente de políticas públicas e principal parceira estratégica do Estado brasileiro, desenvolvendo suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

A Controladora CAIXA exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Durante o período em que esteve em atividade, o plano estratégico da CAIXAPAR foi elaborado e executado com vistas a contribuir com a competitividade, o desenvolvimento empresarial e o papel social da CAIXA, em atividades afetas ao objeto social da Controladora, por meio da construção de arranjos societários e do exercício da governança corporativa.

Em 21 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Controladora deliberou por iniciar a reorganização societária do Conglomerado CAIXA, com o objetivo de proceder à incorporação da CAIXAPAR, pela CAIXA, a qual foi implementada após a aprovação dos pertinentes instrumentos pelas instâncias de governança das duas entidades, com as manifestações, sem óbices, por parte da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Em 5 de novembro de 2021 foi emitido laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio da CAIXAPAR, conforme requerido pelo Art. 227 da Lei n.º 6.404, de 13 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para a operação de incorporação.

Em 29 de dezembro de 2021, as Assembleias Gerais da CAIXA e da CAIXAPAR aprovaram todos os termos, condições e documentos da incorporação societária, com a consequente extinção desta última, conforme será descrito adiante, na Nota Explicativa n.º 14 – Outras Informações.

Considerando a desinstalação dos órgãos de Administração no ato de incorporação e extinção da CAIXAPAR, compete à governança da CAIXA, no contexto da sucessão legal dos deveres e obrigações da incorporada, a incumbência da aprovação destas Demonstrações Contábeis de encerramento das atividades da CAIXAPAR, as quais foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 13 de abril de 2022 e pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2022.

Nota 2 – Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis de encerramento das atividades da CAIXAPAR estão sendo apresentadas em cumprimento à legislação societária e, particularmente, em observância ao disposto no Art. 239 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e demais políticas adotadas pela entidade em assuntos não regulados, observado o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro emitido pelo CPC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2.1 Base de Preparação

Em razão da concretização do processo de incorporação e extinção da CAIXAPAR, (i) a base de continuidade não foi utilizada e, portanto, estas demonstrações financeiras foram elaboradas neste contexto; e (ii) as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas para o período de 1º de janeiro a 29 de dezembro de 2021, data do encerramento das atividades da CAIXAPAR, sem comparação com períodos anteriores.

Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração durante sua gestão.

Na preparação das demonstrações contábeis, as características qualitativas de informações financeiras úteis e a restrição de custo são fatores considerados na seleção de diferentes bases de mensuração para diferentes ativos, passivos, receitas e despesas.

Estas demonstrações contábeis contêm registros que refletem o custo histórico das transações como base de valor, atualizado ao longo do tempo, conforme aplicável, para refletir mudanças subsequentes nas condições econômicas de ativos e passivos nas datas de mensuração. Desta forma, as bases de mensuração do valor atual desses ativos e passivos podem incluir o valor justo, o valor em uso de ativos e o valor de cumprimento de passivos, os quais foram tratados de forma específica nas notas seguintes.

As demonstrações contábeis de encerramento das atividades da CAIXAPAR estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXAPAR e que representa o ambiente econômico em que atuava.

Estas demonstrações estão sendo apresentadas na forma individual, observadas as exceções à consolidação previstas no Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em função de sua extinção, as demonstrações contábeis de encerramento das atividades da CAIXAPAR foram elaboradas no pressuposto de sua descontinuidade operacional e, considerando a incorporação de ativos e passivos pela Controladora, o patrimônio da CAIXAPAR deverá estar contemplado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

As práticas contábeis descritas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

São ativos representados por numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis ou, ainda, por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Investimentos

(a) Empreendimentos Controlados em Conjunto

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio em conjunto e nos quais as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Essa partilha do controle em conjunto é usualmente definida no estatuto social ou em acordo de acionistas firmados entre as partes.

(b) Reconhecimento e Mensuração

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, segundo o qual o valor atual dos investimentos deve refletir a participação proporcional da entidade sobre os ativos líquidos das investidas.

Pelo método de equivalência patrimonial, os investimentos foram inicialmente reconhecidos pelo custo e, subsequentemente, aumentados ou diminuídos pela apropriação proporcional das variações no resultado e no patrimônio das investidas.

Na CAIXAPAR, os ganhos e perdas por aumento ou diminuição na participação relativa de seus investimentos foram reconhecidos como ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, e registrados no exercício de sua ocorrência.

Considerando a data de incorporação da CAIXAPAR pela CAIXA em 29 de dezembro de 2021, na aplicação do método de equivalência patrimonial, as investidas da CAIXAPAR apresentam posições patrimoniais atualizadas até novembro de 2021.

(c) Intangíveis identificáveis

Os intangíveis identificáveis na aquisição de participações societárias, como marcas, relacionamentos comerciais e contratos de tecnologia, compõem o valor contábil dos investimentos e estão reconhecidos pelo valor justo mensurado na data da aquisição, no processo de alocação do preço de compra (*purchase price allocation*), deduzida a amortização acumulada, a qual é alocada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil, se estimado, além de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, cuja verificação é realizada anualmente.

2.4 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados com base no lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração que está sendo reportado. Esses tributos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre o qual os tributos sobre o lucro são devidos (*recuperáveis*). Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base na legislação tributária e nas alíquotas vigentes ao término do período reportado.

2.5 Provisões e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas se, com base na opinião de assessores jurídicos, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou extrajudicial com a saída de recursos da entidade para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As contingências judiciais (ações de perda possível) não são reconhecidas contabilmente porque correspondem a fatos nos quais a entidade ainda precisa confirmar se tem ou não a obrigação presente ou não é suficientemente provável que incorra em saída de recursos.

2.6 Receitas e Despesas

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas foram registradas na ocorrência do seu fato gerador, independentemente de recebimento ou pagamento.

Nota 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo apresentado em Caixa e equivalentes de caixa corresponde a recursos mantidos exclusivamente em depósitos bancários disponíveis, oriundos do resgate da totalidade das cotas do fundo FI Extramercado Comum IRFM-1, ocorrido em dezembro de 2021, objetivando à transferência dos recursos financeiros à Controladora, no contexto da incorporação societária:

Descrição	29/12/2021
Disponibilidades	3.591.878

Nota 4 – Investimentos

A carteira de participações societárias é composta por empreendimentos controlados em conjunto, cuja titularidade das ações, ordinárias e preferenciais, tornou-se objeto de incorporação societária ao patrimônio da CAIXA, ratificada pela adesão formal desta aos respectivos acordos de acionistas, de forma integral e sem ressalvas.

(a) Composição da Carteira de Participações Societárias

Investimentos	Classificação	Quantidade de ações		Participação %	
		O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
TecBan	Controlada em Conjunto	436.134.248	120.974.875	11,61%	13,01%
Quod	Controlada em Conjunto	5.089.865	4.634.959	20,00%	19,11%
CAIXA Imóveis	Controlada em Conjunto	1.887.839.025	-	49,98%	49,98%
Negócios Digitais	Controlada em Conjunto	49.000	-	49,00%	49,00%

(i) As participações societárias estão assim representadas:

Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimentos Controlados em Conjunto						
Descrição	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido	Participação	Valor Patrimonial	Mais-valia, Intangíveis e Goodwill	Investimento
TecBan ⁽¹⁾	893.973	165.056	13,01%	116.306	58.334	174.640
Quod ⁽²⁾	69.523	(64.703)	19,11%	21.501	-	21.501
CAIXA Imóveis ⁽³⁾	173	(1.908)	49,98%	87	-	87
Negócios Digitais ⁽⁴⁾	100	-	49,00%	49	-	49
Total				137.943	58.334	196.277

(1)/(2) Os valores de patrimônio líquido e de resultado apresentados representam posições patrimoniais conforme balancetes atualizados até novembro de 2021.

(3) A operação da CAIXA Imóveis é atualmente objeto de ações em curso visando à dissolução e liquidação da companhia, face ao contexto apresentado na Nota 4 (f).

(4) Controlada em conjunto em situação não operacional, constituída em 4 de dezembro de 2018.

(ii) **Movimentação dos Investimentos em Participações Societárias:**

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição e Aporte de Capital	Alienação e Redução de Capital	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	Amortização de Intangíveis	Provisão ⁽¹⁾	Saldo em 29/12/2021 ⁽²⁾
Banco Pan	1.622.429	-	(1.628.101)	31.890	310	(26.528)	-	-	-
TecBan	148.955	-	-	21.475	-	5.661	(1.451)	-	174.640
Quod	26.845	8.216	(1.041)	(12.668)	149	-	-	-	21.501
CAIXA Imóveis	87	-	-	-	-	-	-	-	87
Negócios Digitais	49	-	-	-	-	-	-	-	49
CAIXA Crescer	-	41.798	(9.397)	(10.338)	-	-	-	(22.063)	-
Total	1.798.365	50.014	(1.638.539)	30.359	459	(20.867)	(1.451)	(22.063)	196.277

(1) Reclassificação de saldos para o passivo, em função de situação patrimonial negativa da participada.

(2) Os saldos apresentados representam posições patrimoniais conforme balancetes das investidas atualizados até novembro de 2021.

(iii) **Resultado de Investimentos em Participações Societárias:**

Descrição	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ganhos e Perdas em Aquisições e Alienações	Amortização de Intangíveis	1º/1/2021 a 29/12/2021
Banco Pan	31.890	2.088.837	-	2.120.727
TecBan	21.475	-	(1.451)	20.024
Quod	(12.668)	-	-	(12.668)
CAIXA Crescer	(10.338)	(13.476)	-	(23.814)
Total	30.359	2.075.361	(1.451)	2.104.269

(b) Banco Pan S.A.

Em 2021, a CAIXAPAR realizou acordo com o Grupo BTG Pactual para a alienação da totalidade de sua participação no Banco Pan no montante de R\$ 3.693.570 mil, referente a 323.429.996 ações ordinárias, representativas de 49,2% do capital social votante e 26,8% do capital social, ao preço de R\$ 11,42 (onze reais e quarenta e dois centavos) por ação. Com a assinatura do acordo, a CAIXAPAR suspendeu a oferta pública de distribuição secundária de ações, que havia sido divulgada anteriormente, em 3 de março de 2021.

Em 19 de maio de 2021, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil e da autoridade concorrencial competente, a CAIXAPAR divulgou novo Fato Relevante, comunicado ao mercado a conclusão da operação.

Em decorrência das disposições do acordo firmado, a CAIXAPAR procedeu à baixa contábil dos juros sobre o capital próprio a receber apropriados no exercício corrente, no valor de R\$ 26.527 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), cujo direito foi transferido ao adquirente das ações, nos termos acordados. Com a alienação do investimento, foram também baixados os saldos patrimoniais relativos aos intangíveis não amortizáveis (sem vida útil definida), identificados na aquisição inicial do investimento, bem como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

(c) Tecnologia Bancária S.A. - TecBan

A TecBan é uma empresa especializada na gestão de redes de autoatendimento bancário e tem por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades, a prestação de serviços, o planejamento e o desenvolvimento de tecnologia nas áreas bancária, comercial, industrial ou de serviços.

A movimentação dos ativos intangíveis, identificados na combinação de negócios da Tecban, segue abaixo:

Intangíveis	1º/1/2021 a 29/12/2021			
	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final	Prazo (meses)
Marcas	2.688	-	2.688	-
Contratos	53.561	(1.451)	52.110	480
Total	56.249	(1.451)	54.798	

(d) Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - Quod

A Quod, criada em 2017, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo a gestão de um banco de dados de informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

Em 15 de julho de 2021, a Quod concluiu processo de liquidação de Opções de Compra de Ações Preferenciais da Companhia, exercidas de acordo com os termos do Acordo de Acionistas, com a alienação

parcial de ações preferenciais da CAIXAPAR aos demais acionistas, pelo valor patrimonial, reduzindo para 19,11% a sua participação no capital social.

Em 6 de dezembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Quod, com a aprovação do aumento de capital da Companhia, no valor de R\$43.000 (quarenta e três milhões de reais), cabendo à CAIXAPAR a integralização proporcional de R\$ 8.216 (oito milhões, duzentos e dezesseis mil reais).

(e) Negócios Digitais S.A.

A Negócios Digitais, sociedade por ações de capital fechado, sem operações desde a sua constituição, encontra-se atualmente em processo de desinvestimento.

(f) CAIXA Imóveis S.A.

A CAIXA Imóveis é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída com o objetivo de atuar no mercado imobiliário na originação e processamento de crédito, na atuação como correspondente de instituição financeira, na gestão de redes de intermediação imobiliária e soluções de internet, na gestão de portal web de negócios, e na prestação de serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado.

Desde 2018, as atividades da Companhia vêm sendo prejudicadas, sobretudo, devido ao litígio envolvendo a disputa de titularidade das ações do acionista majoritário da Companhia.

Outrossim, o Conselho Diretor da CAIXA, aprovou, em 27 de maio de 2020, a descontinuidade do Projeto Habitat, que deu início à criação da CAIXA Imóveis.

Como consequência, após a reavaliação estratégica em relação à Companhia, a Diretoria da CAIXAPAR deliberou pela dissolução da companhia, em 19 de junho de 2020, autorizando a adoção das medidas necessárias à implementação da decisão, o que culminou na abertura, em agosto de 2020, de procedimento arbitral na Câmara de Arbitragem de Mercado (CAM), em São Paulo.

(g) Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.

Em agosto de 2021, a CAIXAPAR tornou-se parte em um acordo firmado com a CAIXA, o acionista co-controlador e a CAIXA Crescer, visando à resolução de todos os processos e operações vigentes entre as entidades, no contexto do investimento.

Desta forma, as partes declararam reconhecer e conceder quitações recíprocas em relação aos objetos de disputas judiciais e arbitragens em curso, de forma a pôr fim definitivo a todas as questões havidas em decorrência da parceria instituída, como: (i) a extinção do processo arbitral em torno da opção de venda, com o pagamento de indenização ao co-controlador, no valor de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais) pela CAIXAPAR; (ii) quitação das operações de mútuo entre a CAIXAPAR e a CAIXA Crescer, de R\$ 10.260 (dez milhões, duzentos e sessenta mil reais); e (iii) liquidação da operação de mútuo entre CAIXA e CAIXA Crescer celebrado em 2017, cujo saldo devedor, no valor R\$ 10.628 (dez milhões, seiscentos e vinte e oito mil reais), foi assumido pela CAIXAPAR, na condição de interveniente-anuente da operação.

Em 4 de novembro de 2021, tendo em vista a conclusão de todos os atos precedentes descritos no Instrumento Particular de Acordo, a AGE da CAIXA Crescer aprovou a transferência da participação acionária para o acionista co-controlador.

Nota 5 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

(a) Controladas em Conjunto

A CAIXAPAR aplicava anualmente, no encerramento do exercício, o teste de recuperabilidade sobre o investimento na TecBan, que incluía, em sua composição, intangíveis com vida útil indefinida, bem como procedia à avaliação dos demais ativos e unidades geradoras de caixa, estas representadas companhias nas quais a CAIXAPAR possuía participações societárias.

Nas demonstrações contábeis de encerramento das atividades da CAIXAPAR, não há registro contábil de provisão para *impairment* nas participações societárias mantidas.

Nota 6 – Provisões

Tratam-se de provisões decorrentes de contingências judiciais, versando sobre indenizações de pequena monta a pessoas físicas, movidas em desfavor das participadas da CAIXAPAR.

Descrição	29/12/2021
Provisão para Contingências Judiciais	7
Total	7

Nota 7 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Na data de levantamento destas demonstrações contábeis, o capital social da CAIXAPAR estava representado por 2.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito integralmente pela CAIXA, com observância ao Art. 182 da Lei n.º 6.404/76.

Descrição	29/12/2021
Capital Social	2.123.409
Capital Autorizado	4.000.000
Capital a Integralizar (-)	(1.876.591)

(b) Reservas de Lucros

O saldo de reservas de lucros na data de levantamento destas contábeis, correspondia à reserva legal, prevista no Art. 193 da Lei das S.A.

Descrição	29/12/2021
Reservas de Lucros	174.834
Reserva Legal	174.834

(c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial estão representados por outros resultados abrangentes, como ganhos e perdas por variação na participação relativa e outros ajustes ao patrimônio líquido das investidas mensuradas por equivalência patrimonial, reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido da CAIXAPAR, cujos saldos são demonstrados a seguir:

Descrição	29/12/2021
Outros Resultados Abrangentes	3.497
TecBan	3.348
Quod	149
Total	3.497

Nota 8 – Tributos

A CAIXAPAR adotava como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do IRPJ e da CSLL. Em decorrência dessa opção, a CAIXAPAR estava sujeita a pagamentos mensais dos tributos sobre uma base de cálculo estimada, com a possibilidade de adoção do balancete de suspensão, se preenchidos os requisitos constantes no artigo 227 do Decreto n.º 9.580, de 22 de novembro de 2018 e nas demais legislações aplicáveis.

(a) Apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A CAIXAPAR apurou no final do período as despesas correntes de IRPJ (alíquota de 15%, com o adicional de 10% no caso do lucro tributável exceder a parcela mensal de vinte mil reais) e de CSLL (alíquota de 9%), conforme quadro seguinte:

Descrição	1º/1/2021 a 29/12/2021
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	2.221.510
Encargo IRPJ e CSLL	(755.289)
Efeitos de Adições e Exclusões	62.317
Resultado de Equivalência Patrimonial e Amortização de Intangíveis	46.456
Despesa/Reversão de Provisão para Perdas por <i>Impairment</i>	26.335
Ganhos e Perdas de Capital em Alienação de Investimentos ⁽¹⁾	(19.882)
Outros	9.408
Outros Ajustes Fiscais	2.424
Realização/Apuração de Prejuízo Fiscal /Base Negativa ⁽²⁾	120
Outros - Passivo Fiscal Diferido - PIS/COFINS	1.766
Participações sobre o Resultado - Dirigentes	538
Tributos Correntes	(690.548)
Ativo Fiscal Diferido - Constituição / Realização ⁽³⁾	(36.031)
Passivo Fiscal Diferido	17.325
Tributos Diferidos	(18.706)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Exercício	(709.254)
Taxa Efetiva - Tributos	-31,08%

(1) Perdas na baixa de investimentos e com Acordo de Arbitragem da Crescer.

(2) Prejuízo Fiscal/Base Negativa de exercícios anteriores.

(3) Efeito tributário referente às reversões de provisão associadas à CAIXA Crescer e à incorporação da CAIXAPAR.

(b) Tributos Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados mediante a apuração das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme o caso.

Descrição	1º/1/2021 a 29/12/2021
Refletido no Resultado	2
Diferenças Temporárias de Provisões Judiciais	2
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ e CSLL	2

Já o passivo fiscal diferido foi resultante: (i) do ajuste ao valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes; (ii) da reclassificação desses ajustes para o resultado do exercício em aquisições de controle conjunto em estágios, anteriormente à vigência da norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros; e (iii) do ganho por compra vantajosa apurado na aquisição de participação adicional na TecBan em exercícios anteriores, conforme quadro abaixo, mediante as alíquotas de 25% para IRPJ, 9% para CSLL, 1,65% para o PIS/PASEP e 7,6% para a COFINS:

Descrição	1º/1/2021 a 29/12/2021
Refletido no Resultado	344
Reclassificação de MaM - VJORA - Aquisição em Estágios ⁽¹⁾	344
Refletido no Patrimônio Líquido	16.625
Ganho por Compra Vantajosa de Participações Societárias ⁽²⁾	16.625
Passivo Fiscal Diferido - IRPJ e CSLL	16.969

(1) Reclassificação de ajuste a valor de mercado histórico (R\$ 1.011), classificado no patrimônio líquido, de títulos VJORA (TecBan), objeto de aquisição de controle conjunto, em estágios, realizada em 2015.

(2) Ganho por compra vantajosa (R\$ 48.899) na aquisição do controle conjunto na TecBan, em 2015.

(c) **Obrigações Fiscais e Previdenciárias a Pagar**

Descrição	29/12/2021
Impostos e Contribuições a Pagar	2.591
Apuração de IRPJ e CSLL sobre Resultado Tributável	690.550
Compensação de IRPJ e CSLL com Antecipações e Retenções	(689.012)
PIS/PASEP e COFINS a Pagar	1.053
Impostos e Contribuições a Recolher	222
Total	2.813

Nota 9 – Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	1º/1/2021 a 29/12/2021
Despesa de Pessoal	(20.118)
Despesa de Pessoal - Conselheiros e Diretores	(2.551)
Despesa de Pessoal - Empregados Disponibilizados ⁽¹⁾	(17.567)
Despesas de Convênio com a Controladora	(8.114)
Despesas de Convênio - Compartilhamento de Estrutura	(980)
Despesas de Convênio - Atividades Operacionais ⁽²⁾	(7.134)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	(280)
Outras Despesas Administrativas	(282)
Total	(28.794)

(1) Inclui despesas extraordinárias não ocorridas no período (R\$ 1.125), vinculadas ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV (R\$ 686) e Plano de Assistência à Saúde – Saúde CAIXA (R\$ 439).

(2) Inclui despesas extraordinárias vinculadas às contratações de assessoria jurídica na alienação da participação acionária no Banco Pan (R\$ 1.396) e serviços jurídicos utilizados em processos arbitrais contra os acionistas co-controladores da Crescer e da CAIXA Imóveis (R\$ 1.517).

A CAIXAPAR compartilhava com sua Controladora, CAIXA, determinados serviços especializados necessários ao exercício de sua atividade fim, dentre os quais destacavam-se as atividades de auditoria, contabilidade,

assessoria jurídica e tributária. As despesas referentes a esses serviços eram contabilizadas como despesas de convênio com a Controladora.

Tendo em vista o processo de incorporação da CAIXAPAR pela CAIXA e, visando evitar a absorção de passivos contra a própria CAIXA, esses valores constituídos a favor da controladora foram liquidados pela CAIXAPAR antes da efetiva incorporação.

As despesas de serviços técnicos especializados corresponderam, no período, às contratações de auditores independentes e consultoria técnica para execução do teste de *impairment* sobre os investimentos.

Nota 10 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais	1º/1/2021 a 29/12/2021
Despesas Gerais e Administrativas	(28.794)
Despesas de Tributos	107
Despesa de Tributos - COFINS	(79)
Despesa de Tributos - PIS/PASEP	220
Despesa de Tributos - Outros	(34)
Outras Receitas e Despesas	(44.302)
(Despesas)/Reversão de Provisões	106.194
Total	33.205

(a) Despesas de Tributos

As despesas de contribuição ao COFINS e ao PIS/PASEP foram apuradas pela CAIXAPAR pelo regime não cumulativo, obrigatório para as pessoas jurídicas de direito privado sujeitas a tributação pelo lucro real, com incidência das alíquotas de 1,65% para o PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS, conforme preceitua a IN SRF n.º 404, de 12 de março de 2004 e demais legislações correlatas.

(b) Outras Receitas e Despesas

Outras despesas operacionais apresentam as despesas de indenização assumidas pela CAIXAPAR em favor do acionista co-controlador da CAIXA Crescer, no âmbito do acordo firmado entre as partes para o encerramento do processo arbitral descrito na Nota 4 (g), no valor de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais).

Outras receitas e despesas operacionais incluem, ainda, aquelas agrupadas em função de sua menor representatividade.

(c) Despesas e Reversões de Provisão

Correspondem às despesas e reversões de despesas no período com destaque para a reversão das provisões passivas constituídas em exercícios anteriores, associadas ao investimento na CAIXA Crescer, após o acordo

firmado em agosto de 2021 para encerramento da participação acionária: (i) reversão de provisão para pagamento da *put* exercida em 2018 contra a CAIXAPAR; (ii) reversão de provisão para perdas sobre operações de mútuo concedidas em 2015 e 2017 à participada; e (iii) reversão de custos administrativos previstos para a liquidação da companhia, abordados na Nota 4 (g) – CAIXA Crescer.

Como consequência da incorporação societária da CAIXAPAR, foi registrada a reversão de despesas com provisões sobre folha de pagamentos de dirigentes, em função da destituição de seus membros e dissolução dos órgãos da Administração.

No período, foram ainda registradas despesas de provisão para outras ações judiciais em face da CAIXAPAR, citadas na Nota 6 – Provisões.

Nota 11 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	1º/1/2021 a 29/12/2021
Receitas Financeiras	105.572
Receitas de Instrumentos Financeiros - VJR	102.653
Cotas de Fundos de Investimento	102.653
Receitas de Instrumentos Financeiros - Custo Amortizado	2.919
Rendimento de Operação de Mútuo com Sociedades Ligadas	2.919
Despesas Financeiras	(21.536)
Desvalorização em Cotas de Fundos de Investimento	(19.348)
Despesa de Atualização Monetária de Dividendos	(2.188)
Total	84.036

Nota 12 – Partes Relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXAPAR era uma empresa constituída sob forma de sociedade por ações como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, sob o controle direto dessa instituição.

(b) Partes Relacionadas

No quadro seguinte é apresentada a natureza das partes relacionadas da CAIXAPAR para o período encerrado:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Caixa Econômica Federal	Controladora Integral
CAIXA Cartões Holding S.A.	Entidade sob Controle Comum
CAIXA DTVM S.A.	Entidade sob Controle Comum
CAIXA Holding Securitária S.A	Entidade sob Controle Comum
CAIXA Loterias S.A	Entidade sob Controle Comum
CAIXA Seguridade Participações S.A	Entidade sob Controle Comum
CAIXA Crescer	Controlada em Conjunto
CAIXA Imóveis	Controlada em Conjunto
Negócios Digitais	Controlada em Conjunto
Quod	Controlada em Conjunto
TecBan	Controlada em Conjunto

(c) Principais Transações com Partes Relacionadas

A CAIXAPAR possuía convênio firmado com sua controladora, utilizando-se de sua estrutura para o processamento das despesas de pessoal, bem como para a utilização de determinados serviços especializados necessários ao exercício de suas atividades, dentre os quais destacam-se as atividades de auditoria, contabilidade, assessoria jurídica e tributária.

Tendo em vista o processo de incorporação da CAIXAPAR pela CAIXA e, visando evitar a absorção de passivos contra a própria CAIXA, esses valores constituídos a favor da controladora foram liquidados pela CAIXAPAR antes da efetiva incorporação.

(d) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração no período estão apresentados como segue:

Descrição	1º/1/2021 a 29/12/2021
Proventos	1.887
Benefícios de Curto Prazo	57
Encargos Sociais e Previdenciários	606
Total	2.550

Os proventos compreendiam a honorários, férias e 13º salário. Os demais benefícios de curto prazo incluíam auxílio-alimentação e reembolso por despesas com assistência médica.

O atendimento às metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia empresarial poderia gerar reflexo financeiro para os diretores da CAIXAPAR, sob a forma de remuneração variável, conforme previsto no Estatuto e nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia – SEST/ME.

Descrição	1º/1/2021 a 29/12/2021
Exercício 2020	758
Exercício 2021	823
Total	1.581

A CAIXAPAR não oferecia remuneração variável baseada em ações ou benefícios de longo prazo aos seus administradores.

Conforme previsão estatutária, seria devida ainda remuneração compensatória ao ex-membro da diretoria a título de benefício pós-gestão, equivalente ao honorário mensal, durante o período no qual estivesse impedido de retornar ao desempenho de função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura.

(e) Outras Informações

A controladora CAIXA realizava transações com controladas em conjunto da CAIXAPAR, cujas informações eram reportadas nas demonstrações contábeis das referidas entidades, sumarizadas a seguir:

Investida	Classificação	Descrição do Objeto
TecBan	Controlada em Conjunto Indireta	Prestação de serviço especializado na gestão de redes de autoatendimento bancário, transporte de valores e escolta e exploração de serviços de telecomunicação.
		Manutenção de contas de depósito junto à CAIXA na modalidade conta corrente e conta gráfica.

No levantamento destas demonstrações contábeis, não havia registro de transações entre a Quod e a CAIXA. Desde novembro de 2020, a CAIXA encerrou o contrato de prestação de serviços com a CAIXA Imóveis.

Nota 13 – Gerenciamento de Riscos

Na CAIXAPAR, o gerenciamento de riscos e a governança corporativa foram considerados processos importantes para a estratégia da Companhia, conforme apresentado em seu Planejamento Estratégico. Diante disso, a Companhia manteve o comprometimento com a conformidade e observância à regulamentação vigente e as boas práticas de governança corporativa.

Durante sua o período de suas operações, a CAIXAPAR esteve exposta a risco de crédito, relativo aos recursos aplicados em tesouraria, os quais possuíam, entretanto, perfil de risco mitigado por estarem alocados em instituição financeira de primeira linha, no caso a Controladora CAIXA, integralmente em instrumentos Extramercado. O montante estava aplicado no Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimento Caixa Extramercado Comum IRFM-1, administrado pela CAIXA, até o resgate total das cotas, em dezembro de 2021.

Com relação ao risco de liquidez, conceituado como a possibilidade de descumprimento de obrigações contratuais nas datas previstas, devido a restrições de liquidez no mercado, sua política estava disciplinada em regra interna, e era monitorada por meio do planejamento anual da gestão do fluxo de caixa, reporte mensal à diretoria apresentando o executado e as projeções, além de um acompanhamento diário das movimentações financeiras.

Com relação ao risco de contágio, a CAIXAPAR possuía processos estabelecidos para controle e monitoramento societário das participações e de seus resultados, e buscava acompanhar a efetividade e a integridade do plano de negócios, ao instituir mecanismos de governança corporativa mitigadores do risco.

A CAIXAPAR contava com Declaração de Apetite a Riscos, uma prática importante e necessária no suporte a uma gestão prudente do negócio, na medida em que permite aprimorar o ambiente e a cultura de gerenciamento dos riscos e auxilia na preservação de níveis adequados de capital e de liquidez. No documento, estavam definidos os Indicadores Chave de Riscos, os limites de exposição a eles e os mecanismos de reenquadramento para o caso de ocorrência de extrapolações aos limites estabelecidos.

Dado o contexto e perfil de atuação da CAIXAPAR, não existia exposição relevante a riscos operacionais, de liquidez, de crédito e de mercado. Tais riscos, juntamente com os riscos legais, de estratégia e de contágio, eram monitorados e geridos por meio de políticas de Gerenciamento de Riscos, de Controles Internos e de Compliance próprias, e executadas nas respectivas unidades responsáveis pela monitoração das participações e pelas rotinas operacionais da Companhia, que atuam como 1ª Linha de Defesa. A 2ª Linha de Defesa era exercida internamente, pela Gerência de Integridade e Gestão de Riscos, sendo complementada pela atuação da Auditoria Interna da CAIXA, mediante convênio de compartilhamento de atividades, como 3ª Linha de Defesa e, portanto, última instância do processo de monitoramento e gestão de riscos no âmbito do Conglomerado.

A CAIXAPAR contava, ainda, com um Comitê de Auditoria, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, compartilhado com a Controladora CAIXA, e com um Conselho Fiscal próprio.

Nota 14 – Outras Informações

Incorporação Societária da CAIXAPAR pela CAIXA

Em 29 de dezembro de 2021, cumpridas as condições e os requisitos formais estabelecidos pela legislação vigente, foi aprovada, pela Assembleia Geral Extraordinária da CAIXAPAR a sua incorporação societária pela Controladora CAIXA.

Desta forma, foi aprovada a transferência das parcelas patrimoniais referentes à totalidade de suas ações detidas pela CAIXA, de forma não onerosa, a valor patrimonial contábil (*book value*), considerando a posição do balanço patrimonial da CAIXAPAR de 30 de junho de 2021, devidamente auditado, ajustado pelas variações patrimoniais apuradas entre a referida Data-Base e a Data da Incorporação, tendo como consequência a extinção da CAIXAPAR.

A incorporação não envolveu apuração de ganho ou perda na operação, bem como qualquer desembolso por parte da CAIXA.

Com a operação, a CAIXA sucederá a CAIXAPAR em relação aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, execuções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Incorporada e integrantes ou relacionados ao respectivo Patrimônio Incorporado por ela previsto no art. 227 da Lei nº 6.404/76.

As atas das Assembleias Gerais da Incorporada e da Incorporadora foram arquivadas em 5 de janeiro de 2022, com eficácia retroativa à data dos conclaves, perante o registro de comércio do Distrito Federal, conforme Protocolos JUCIS/DF nº 1777948 e nº 1777906, respectivamente.

Pedro Duarte Guimarães
Presidente

André Nunes
Vice-presidente

Antônio Carlos Ferreira de Sousa
Vice-presidente

Celso Leonardo Derziê de Jesus Barbosa
Vice-presidente

Claudio Salituro
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente

Messias dos Santos Esteves
Vice-presidente

Rafael de Oliveira Morais
Vice-presidente

Tatiana Thome de Oliveira
Vice-presidente

Thays Cintra Vieira
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Diretor de Controladoria

Juliana Grigol Fonsechi
Superintendente Nacional
Contadora CRC 020734/O-3-DF

CAIXA
Participações